

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos a V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício de 2016 da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul do Espírito Santo – Sicoob Sul em milhares de reais, na forma da legislação em vigor. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site Sicoob ES (www.sicoobes.com.br).

1) Política Operacional

Em 2016, o Sicoob Sul completou 27 anos, mantendo a vocação de instituição financeira cooperativa muito atrativa para investimentos e para obtenção de crédito. A atuação junto aos Associados se dá pela captação de depósitos, pela concessão de empréstimos e pela prestação de serviços financeiros.

2) Nosso Desempenho

2.1) Retornos

			%	P.P
ROE/ROA	Jan a Dez/2016	Jan a Dez/2015		Variação
Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio – anualizado	19,79	36,54		-16,75
Retorno sobre Ativo Médio - anualizado	4,62	7,95		-3,33

	Em Milhares R\$		%
	Jan a Dez/2016	Jan a Dez/2015	Variação
Demonstração do Resultado do Período			
Resultado da Intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	53.826	61.415	- 12,36
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	37.324	16.099	131,84
Receita de recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	2.949	2.380	23,91
Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas	13.063	10.557	23,74
Receitas com Ato Não Cooperativo	3.157	2.117	49,13
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	34.159	26.690	27,98
Despesas Tributárias	662	409	61,86
Resultado de Participações e outras receitas operacionais e resultado não operacional	4.941	2.292	115,58
Ingressos de Depósitos Interooperativos	36.203	20.306	78,29
Juros ao Capital	14.953	11.209	33,40
Sobras do exercício	35.125	50.449	- 30,38

Contribuíram para compor a Sobra do exercício de 2016:

Receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias: aumento de 23,74%, a receita com recuperação de prejuízo cresceu 23,91% e a receitas com ato não Cooperativo cresceu 49,13% em relação ao mesmo período de 2015.

Quanto as despesas, a variação das despesas com pessoal e administrativas, em relação ao mesmo período de 2015 foi de 27,98%.

Houve um aumento de 78,29% na receita de ingressos de depósito intercooperativos, que são os rendimentos que a Cooperativa recebeu do Sicoob Central ES pela centralização da administração financeira dos recursos.

A relação entre as receitas de prestação de serviços e de tarifas frente as despesas de pessoal, outras despesas administrativas e operacionais foi de 38,24%.

Foi pago para os associados em 2016 o valor de R\$ 14.953 mil referente a juros ao capital, que é 33,40 % maior do que o pago no exercício anterior.

2.3) Dados Patrimoniais

	Em Milhares R\$		%
	Jan a Dez/2016	Jan a Dez/2015	Variação
Balanco Patrimonial			
Ativos Totais	847.383	674.467	25,64
Centralização Financeira	362.907	181.554	99,89
Carteira de Crédito	465.644	447.456	4,06
Depósitos	511.368	336.968	51,76
Patrimônio Líquido	207.940	186.485	11,50
Patrimônio de Referência (PR)	207.932	186.478	11,50

Os destaques para o crescimento da Cooperativa no exercício de 2016

O total de ativos atingiu R\$ 847.383 mil ao final de dezembro de 2016, com crescimento de 25,64% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em 31 de dezembro de 2016 o saldo da carteira de crédito, atingiu R\$ 465.644 mil, com crescimento de 4,06% em relação a 31 de dezembro de 2015.

Os depósitos obtiveram um aumento de 51,76% considerando o mesmo período de 2015, atingindo no final do exercício de 2016 o montante de R\$ 511.368 mil.

O patrimônio líquido cresceu 11,50% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo assim o valor de R\$ 207.940 mil.

Em 31/12/2016 a inadimplência acima de 90 dias foi de 6,07%, percentual inferior ao verificado no mercado.

2.3.1) Carteira de crédito por produto e segregação de PF e PJ

Em Milhares R\$

Carteira de Crédito	31/12/2016			31/12/2015			Variação	
	PF	PJ	Total	PF	PJ	Total	Valor total	% Total
Crédito Rural	71.055	15.264	86.319	73.013	14.388	87.401	-1.082	-1,24%
Empréstimos	63.636	238.802	302.438	66.498	208.797	275.295	27.143	9,86%
Títulos descontados	8.192	45.898	54.090	10.827	53.409	64.236	-10.146	-15,79%
Conta Corrente	6.402	16.395	22.797	5.985	14.539	20.524	2.273	11,07%
Total	149.285	316.359	465.644	156.323	291.133	447.456	18.188	4,06%

3) Pessoas

Contávamos com 180 colaboradores no final do exercício de 2016, desses 96,67% possuem ensino superior e 26,67% com Certificação Profissional ANBIMA (CPA). A remuneração fixa dos nossos colaboradores e diretores, somada aos seus encargos e benefícios totalizaram R\$ 15.401 mil no exercício corrente.

4) Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados. A Cooperativa realiza também todas as consultas cadastrais e faz a avaliação do associado por meio do Rating (avaliação por pontos), buscando, assim, garantir ao máximo a liquidez das operações.

É adotada ainda a política de classificação de risco de crédito da carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682. No exercício de 2016, houve uma concentração de 85,07% nos níveis de risco "AA" a "C".

5) Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução e fortalecimento dos princípios e objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara segregação de funções. Cabem ao Conselho de Administração, órgão superior da administração da cooperativa eleito pelos Associados, as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa é monitorada periodicamente quanto à efetivação dos controles internos. Tal monitoramento é realizado pelo Sicoob Central ES que a partir de janeiro de 2011, centralizou esse serviço adotando padrão de qualidade e atuação compatível com a realidade de nossas atividades, sistemas, produtos e serviços. Integra ainda a área de fiscalização a auditoria interna realizada periodicamente por auditor do Sicoob Central ES cuja metodologia e procedimentos aplicados seguem as políticas e manuais aprovados no sistema.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditores externos, que emitem relatórios conclusivos os quais são levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria sendo emitidos pareceres para conhecimento da Assembleia Geral. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe tal competência, além da autorização de funcionamento.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa utiliza várias ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito é adotado o Manual de Crédito, desenvolvido, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação, homologado pelo Sicoob Central ES, aprovado e instituído pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Além do Estatuto Social, são seguidos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regulamento do Conselho de Administração, o Regulamento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral e o Código de Ética.

A cooperativa ainda adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de carreira que contempla a remuneração adequada, a segregação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos Associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6) Conselho Fiscal

Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 2 anos, é um órgão independente da administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática, como representante dos interesses dos associados, os atos da administração, as atividades e operações da Cooperativa, bem como validar seus balanços mensais e seu balanço patrimonial anual.

7) Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do Sicoob ES aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

8) Sistema de Ouvidoria

O Sicoob ES conforme previsto na Resolução 4.433 de 23/07/2015 o Conselho Monetário Nacional trabalha com sistema de ouvidoria centralizado e estrutura compartilhada com o Bancoob.

No exercício de 2016, a Ouvidoria da Cooperativa registrou 53 demandas sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos por esta cooperativa.

Dessas demandas, as 36 foram classificadas procedentes e todas resolvidas antes do prazo legal estabelecido, que é de 10 (dez) dias, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

9) Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos associados pela preferência e pela confiança depositada em nossa Cooperativa de crédito e na nossa Administração.

Cachoeiro de Itapemirim – ES, 13 de março de 2017.
Conselho de Administração.

BALANÇO PATRIMONIAL (EM 31/12/2016 E DE 2015 | EM MILHARES DE R\$)

ATIVO	Nota	2016	2015
Circulante		625.000	471.635
Disponibilidades		3.297	3.096
Títulos e Valores Mobiliários	4	2.884	757
Carteira Própria		2.884	757
Relações Interfinanceiras	5	362.907	181.554
Centralização Financeira - Cooperativas		362.907	181.554
Operações de Crédito	6	246.141	280.428
Empréstimos e Títulos Descontados		226.925	236.658
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		61.653	64.846
(-) Provisão para Operações de Crédito		-42.437	-21.076
Outros Créditos	7	5.982	3.659
Créditos por Avais e Fianças Honrados		1.046	-
Rendas a Receber		4.470	2.510
Diversos		1.254	1.149
(-) Provisão para Outros Créditos		-788	-
Outros Valores e Bens	8	3.789	2.141
Outros Valores e Bens		4.727	2.154
(-) Provisão para Desvalorizações		-966	-25
Despesas Antecipadas		28	12
Não Circulante		222.383	202.832
Realizável a Longo Prazo		195.688	179.787
Títulos e Valores Mobiliários	4	16.310	31.720
Carteira Própria		16.310	31.720
Operações de Crédito	6	177.066	145.952
Empréstimos e Títulos Descontados		152.401	123.397
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		24.665	22.555
Outros Créditos	7	2.312	2.115
Diversos		2.312	2.115
Permanente		26.695	23.045
Investimentos	9	21.626	19.430
Participação em Cooperativa Central de Crédito		15.173	14.504
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Crédito		6.453	4.926
Imobilizado de Uso	10	4.903	3.388
Imóveis de Uso		379	379
Outras Imobilizações de Uso		9.798	7.248
(-) Depreciações Acumuladas		-5.274	-4.239
Intangível	11	166	227
Ativos Intangíveis		606	596
(-) Amortização Acumulada		-440	-369
TOTAL		847.383	674.467

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2016	2015
Circulante		604.007	446.233
Depósitos	12	511.368	366.968
Depósito à Vista		91.696	78.894
Depósito Sob Aviso		24.598	27.541
Depósito a Prazo		395.074	260.533
Relações Interfinanceiras	13.1	52.861	47.386
Repasses Interfinanceiros		52.860	47.384
Correspondentes		1	2
Relações Interdependências		13.691	8.515
Recursos em Transito de Terceiros	14	13.691	8.515
Obrigações Por Empréstimos e Repasses	14	6.927	7.264
Empréstimos no País - Outras Instituições	13.2	6.927	7.264
Outras Obrigações		19.160	16.100
Cob. e Arrec. de Trib. e Assemelhados	15.3	74	85
Sociais e Estatutárias	15.1	13.255	10.267
Fiscais e Previdenciárias	15.2	1.465	1.070
Diversas	15.3	4.366	4.678
Não Circulante		35.436	41.749
Relações Interfinanceiras	13.1	32.659	39.315
Repasse Interfinanceiros		32.659	39.315
Outras Obrigações	15.4	2.777	2.434
Diversas		2.777	2.434
Patrimônio Líquido	17	207.940	186.485
Capital Social		119.406	96.944
De Dominilizados no País		119.900	97.309
(-) Capital a Realizar		-494	-365
Reserva de Sobras		80.098	70.724
Sobras Acumuladas		8.436	18.817
TOTAL		847.383	674.467

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS (EM 31/12/2016 E DE 2015 | EM MILHARES DE R\$)

	Nota	2º SEMESTRE 2016 (Não auditado)	Exercícios findos em	
			31/12/2016	31/12/2015
Ingressos da Intermediação Financeira	22.1	55.900	107.826	101.241
Operações de Crédito		54.581	104.783	97.502
Resultado de Operações com Tit. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros		1.319	3.043	3.739
Dispêndios da Intermediação Financeira	23.1	-59.712	-91.324	-55.925
Operações de Captação no Mercado		-26.295	-47.265	-33.965
Operações de Empréstimos, Cessão e Repasses	13.3	-3.552	-6.735	-5.861
Provisão para Operações de Créditos		-29.865	-37.324	-16.099
Resultado Bruto Intermediação Financeira		-3.812	16.502	45.316
Outros Ingressos/Rec. (Dispêndios/Disp.) Operacionais		12.351	20.160	6.107
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços		3.407	6.177	4.356
Rendas (Ingressos) de Tarifas		3.610	6.886	6.201
Dispêndios/Despesas de Pessoal	20	-8.293	-15.401	-12.528
Outras Dispêndios/Despesas Administrativas	21	-8.768	-16.268	-11.997
Dispêndios/Despesas Tributárias		-361	-662	-409
Ingressos de Depósitos Interooperativos		21.250	36.203	20.306
Outros Ingressos/Rendas Operacionais	22.2	2.872	5.715	2.343
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	23.2	-1.366	-2.490	-2.165
Resultado Operacional		8.539	36.662	51.423
Resultado Não Operacional	24	83	-774	-51
Resultado Antes da Tributação e Participações		8.622	35.888	51.372
Participações nos Resultados de Empregados		-441	-763	-923
Sobras / Perdas antes das Destinações		8.181	35.125	50.449
Informação adicional sobre a destinação do resultado:				
Destinações legais e Estatutárias		-	-11.736	-20.423
F.A.T.E.S.			-2.362	-3.488
Reserva Legal			-9.374	-16.935
Resultado antes do Juros ao Capital		8.181	23.389	30.026
Juros ao Capital	19		-14.953	-11.209
Sobras / Perdas Líquidas		8.181	8.436	18.817

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (EM 31/12/2016 E DE 2015 EM MILHARES DE R\$)						
EVENTOS	Capital		Reservas de Sobras		Sobras ou Perdas Acum.	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Legal	Estatutárias		
Saldo em 31/12/14	75.125	-251	52.292	1.497	15.071	143.734
Destinação de Sobras Exercício Anterior:						
.. Ao Capital	14.986				-14.986	-
.. Cotas Capital à Pagar - Ex-associados					-85	-85
Movimentações de Capital:						
.. Por Subscrição/Realização	3.117	-114				3.003
.. Por Devolução (-)	-4.581					-4.581
.. Estorno de Capital	-9					-9
.. Sobras ou Perdas Líquidas					50.449	50.449
.. Provisão de Juros ao Capital					-11.209	-11.209
.. Subscrição do Juros ao Capital	nota 19	11.121				11.121
.. Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	nota 19	-2.115				-2.115
.. IRRF sobre Juros ao Capital	nota 19	-335				-335
.. Fates Atos Não Cooperativos	nota 17.d				-1.606	-1.606
Destinação das Sobras do Exercício:						
.. Fundo de Reserva	nota 17.d		16.935		-16.935	-
.. F A T E S	nota 17.d				-1.882	-1.882
Saldo em 31/12/15	97.309	-365	69.227	1.497	18.817	186.485
Destinação de Sobras Exercício Anterior:						
.. Ao Capital	nota 17.c	18.776			-18.776	-
.. Cotas Capital à Pagar - Ex-associados					-41	-41
Movimentações de Capital:						
.. Por Subscrição/Realização	6.722	-129				6.593
.. Por Devolução (-)	-14.136					-14.136
.. Estorno de Capital	-15					-15
Reversões de Reservas						
.. Sobras ou Perdas Líquidas					35.125	35.125
.. Provisão de Juros ao Capital					-14.953	-14.953
.. Subscrição do Juros ao Capital	nota 19	14.559				14.559
.. Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	nota 19	-2.787				-2.787
.. IRRF sobre Juros ao Capital	nota 19	-528				-528
.. Fates Atos Não Cooperativos	nota 17.d				-1.425	-1.425
Destinação das Sobras do Exercício:						
.. Fundo de Reserva	nota 17.d		9.374		-9.374	-
.. F A T E S	nota 17.d				-937	-937
Saldo em 31/12/16	119.900	-494	78.601	1.497	8.436	207.940

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (EM 31/12/2016 E DE 2015 EM MILHARES DE R\$)			
DESCRIÇÃO	2º SEMESTRE 2016 (Não auditado)	31/12/2016	31/12/2015
Atividades Operacionais			
Sobras/Perdas do Exercício Antes da Tributação e Participações	8.622	35.888	51.372
.. Participações nos Resultados de Empregados	-441	-763	-923
.. Depreciações e Amortizações	503	895	677
.. Provisão para perda com operações de crédito	29.865	37.324	16.099
.. Provisão de Juros ao Capital	-14.953	-14.953	-11.209
.. Resultado de participação de coligadas e controladas e distribuição de sobras	-	-1.314	-434
.. Resultado das baixas por obsolescência do Ativo Imobilizado	-	-	21
.. Resultado da venda de Ativo Imobilizado	-31	-31	-
	23.565	57.046	55.603
Aumento (redução) em ativos operacionais			
.. Títulos e Valores Mobiliários	3.304	13.282	-6.816
.. Relações Interfinanceiras	137	-	-
.. Operações de Crédito	-3.003	-34.150	-44.124
.. Outros Créditos	-631	-2.520	-1.280
.. Outros Valores e Bens	52	-1.649	-1.954
Aumento (redução) em passivos operacionais			
.. Depósitos a Vista	-10.686	12.802	5.561
.. Depósitos sob Aviso	-4.497	-2.943	2.252
.. Depósitos a Prazo	71.363	134.541	65.792
.. Outras Obrigações	1.443	3.010	-42.442
.. Relações Interfinanceiras	-12.739	-1.182	86.696
.. Obrigações por Empréstimos e Repasses	-1.036	-337	-88.890
.. Relações Interdependências	13.684	5.176	8.512
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	80.956	183.076	38.910
Atividades de Investimentos			
.. Recebimento de Dividendos	-	646	434
.. Distribuição de Sobras Central	-	668	-
.. Recebimento de Venda Imobilizações de Uso	44	44	-
.. Aplicação no Intangível	-	-2	-
.. Inversões em Imobilizado de Uso	-1.101	-2.359	-1.427
.. Inversões em Investimentos	-863	-2.196	-3.573
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	-1.920	-3.199	-4.566
Atividades de Financiamentos			
.. Aumento por novos aportes de Capital	4.819	6.593	3.003
.. Devolução de Capital à Cooperados	-6.978	-14.136	-4.581
.. Estorno de Capital	-8	-15	-9
.. Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	-	-41	-85
.. FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	-1.425	-1.425	-1.606
.. FATES Sobras Exercício	-937	-937	-1.882
.. Juros ao Capital à Pagar Ex-associados	394	394	88
.. Subscrição do Juros ao Capital	14.559	14.559	11.121
.. Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	-2.787	-2.787	-2.115
.. IRRF sobre Juros ao Capital	-528	-528	-335
.. Aumento de Reservas	-	-	-
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	7.109	1.677	3.599
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	86.145	181.554	37.943
Modificações em Disponibilidades Líquida			
.. No Início do Período	280.059	184.650	146.707
.. No Fim do Período	366.204	366.204	184.650
Varição Líquida das Disponibilidades	86.145	181.554	37.943

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS (EM 31/12/2016 E DE 2015 | EM MILHARES DE R\$)

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO SUL DO ESPIRITO SANTO - SICOOB SUL - SICOOB SUL ("SICOOB SUL" ou "Cooperativa"), é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 12/09/1989, filiada à CCC DO ESPIRITO SANTO - SICOOB CENTRAL ES e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB - SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 3.859/2010, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB SUL possui 17 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: CASTELO - ES, VARGEM ALTA - ES, ALEGRE - ES, SÃO JOSÉ DO CALÇADO - ES, CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - ES, RIO NOVO DO SUL - ES, BOM JESUS DO NORTE - ES, GUACUÍ - ES, MARATAIZES - ES, PRESIDENTE KENNEDY - ES, MIMOSO DO SUL - ES, ITAPERUNA - RJ, CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ, SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA - RJ

O SICOOB SUL tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Cooperativa em 13 de março de 2017.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Coo-

NOTAS EXPLICATIVAS (EM 31/12/2016 E DE 2015 | EM MILHARES DE R\$)

perativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, os quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão, tendo sido aprovada pela diretoria executiva em 13 de março de 2017.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos Contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução do Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/2016; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. - Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Resolução CMN nº 3.823/2009.

3. Resumo das principais práticas contábeis

(a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

(b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

(d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

(e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

(f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

(g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do Bancob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

(h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

(i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

(j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

(k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

(l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

(m) Provisões e Passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Passivos contingentes

As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

(n) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

(o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

(p) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

(q) Valor recuperável de ativos - impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de Dezembro de 2016 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

(r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente que mereça divulgação para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de Dezembro de 2016.

4. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Título De Renda Fixa (a) - Circulante	2.884	757
Título De Renda Fixa (a) - Não circulante	16.310	31.720
TOTAL	19.194	32.477

(a) Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI, no SICOOB CENTRAL ES, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI. Tal recurso refere-se a operações que estão vinculadas ao Acordo de Compensação assinado entre a Cooperativa e o Bancob com o objetivo de mitigação de risco de crédito, sendo seus vencimentos correspondente aos vencimentos dos contratos de repasse do crédito rural.

O resultado dessas operações em 2016 foi de R\$ 3.043 (2015 - R\$ 3.739), registrados na rubrica "Resultados de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros".

5. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Centralização Financeira - Cooperativas (a)	362.907	181.554
TOTAL	362.907	181.554

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL ES conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

As receitas recebidas dessa transação resultaram em 2016 no montante de R\$ 36.203 (2015 - R\$ 20.306).

NOTAS EXPLICATIVAS (EM 31/12/2016 E DE 2015 | EM MILHARES DE R\$)

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2016			31/12/2015
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	1.711	0	1.711	1.069
Empréstimos	156.413	138.355	294.768	259.747
Títulos Descontados	54.088	2	54.090	64.236
Financiamentos	14.713	14.044	28.757	35.004
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	61.653	24.665	86.318	87.401
(-) Provisões para Operações de Crédito	(42.437)	0	-42.437	-21.076
TOTAL	246.141	177.066	423.207	426.380

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financ.	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016	Total em 31/12/2015	Provisões 31/12/2015
AA - Normal	18.465	0	110	571	19.147		26.123	
A 0,5% Normal	123.375	813	15.699	31.670	171.558	858	205.239	1.026
B 1% Normal	108.277	14.550	6.088	47.414	176.329	1.763	161.176	1.612
B 1% Vencidas	1.493	30	765	98	2.385	24	14.647	146
C 3% Normal	12.088	2.518	2.981	4.596	22.182	665	12.499	375
C 3% Vencidas	4.639	48	532	206	5.425	163	4.021	121
D 10% Normal	12.688	1.363	52	283	14.386	1.439	1.719	172
D 10% Vencidas	12.128	55	431	87	12.700	1.270	1.892	189
E 30% Normal	1.462	248	113	154	1.977	593	712	213
E 30% Vencidas	2.248	84	300	52	2.683	805	1.596	479
F 50% Normal	994	288	5	232	1.520	760	487	244
F 50% Vencidas	1.515	92	276	0	1.884	942	999	500
G 70% Normal	300	193	14	28	535	375	226	158
G 70% Vencidas	1.150	52	159	8	1.368	958	937	656
H 100% Normal	8.328	1.551	64	437	10.381	10.381	1.825	1.825
H 100% Vencidas	19.666	913	1.167	483	22.230	22.230	13.360	13.360
Total Normal	285.979	21.524	25.127	85.385	418.014	16.834	410.005	5.625
Total Vencidos	42.839	1.273	3.630	933	48.675	26.391	37.452	15.451
Total Geral	328.818	22.797	28.757	86.318	466.690	43.225	447.457	21.076
Provisões	36.075	3.294	1.918	1.938	43.225		21.076	
Total Líquido	292.743	19.503	26.839	84.380	423.465		426.380	

Na composição do quadro encontra-se agregado, nos níveis de risco, os valores de avais e fianças honrados no montante de R\$1.046, bem como o saldo de provisão correspondente no montante de R\$ 788, conforme apresentado na nota 7.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento vencidas e a vencer:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	57.029	79.344	138.355	274.728
Títulos Descontados	49.861	4.227	2	54.090
Financiamentos	4.729	9.984	14.044	28.757
Financiamentos Rurais	8.918	52.735	24.665	86.318
TOTAL	120.537	146.290	177.066	443.893

* A diferença entre o total das operações do quadro "b" e "c" no montante de R\$ 22.797 refere-se aos valores de saldo de cheque especial, conta garantida e adiantamento a depositante, que não possuem vencimento.

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2016	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	5.899	87.318	20.381	0	113.598	24%
Setor Privado - Indústria	1.070	15.116	6.843	0	23.029	5%
Setor Privado - Serviços	9.364	116.942	18.528	1.579	146.413	31%
Pessoa Física	6.402	64.345	8.192	71.055	149.994	32%
Outros	62	19.764	146	13.684	33.656	7%
TOTAL	22.797	303.485	54.090	86.318	466.690	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	21.076	16.168
Constituições	36.237	16.100
Transferência para prejuízo	(14.876)	(11.192)
TOTAL	42.437	21.076

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2016	% Carteira Total	31/12/2015	% Carteira Total
Maior Devedor	14.416	3,00%	1.755	0,00%
10 Maiores Devedores	87.231	19,00%	4.232	1,00%
50 Maiores Devedores	176.462	38,00%	6.541	1,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	27.906	19.105
Valor das operações transferidas no período	14.876	11.192
Valor das operações recuperadas no período	(3.357)	(4.987)
Valor dos juros recebidos nas operações recuperadas	415	2.644
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(29)	(48)
TOTAL	39.811	27.906

O resultado dessas operações montaram em 2016 R\$ 104.783 (2015 – R\$ 97.502) registradas na rubrica "Operações de crédito" na demonstração de sobras ou perdas.

7. Outros créditos

a) Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2016	31/12/2015
Avais e Fianças Honrados	1.046	0
Rendas A Receber	4.470	2.510
Serviços Prestados a Receber	362	250
Outras Rendas a Receber (a)	4.108	2.260
Diversos	1.254	1.149
Adiantamentos e Antecipações Salariais	112	102
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	11	-
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	24	91
Impostos e Contribuições a Compensar (b)	717	564
Pagamentos a Ressarcir	25	56
Títulos e Créditos a Receber	277	238
Devedores Diversos – País	88	98
(-) Provisões Para Outros Créditos (c)	-788	0
TOTAL	5.982	3.659

(a) A maior representatividade desse grupo refere-se a Centralização financeira no montante de R\$ 4.007.

(b) Montante refere-se a impostos federais a serem compensados

(c) Refere-se a provisões de crédito por avais e fianças honrados

b) Outros créditos a longo prazo

Modalidade	31/12/2016	31/12/2015
Devedores por Depósitos em Garantia (a)	2.312	2.115
TOTAL	2.312	2.115

Em Devedores por Depósito em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: PIS sobre Atos Cooperativos (R\$ 337), COFINS sobre Atos Cooperativos (R\$ 1.592), recursos trabalhistas (R\$ 76) e recursos de ações de danos morais (R\$ 110)

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Bens Não de Uso Próprio (a)	4.621	2.013
Material em Estoque	106	141
(Provisões para Desvalorizações) (b)	-966	-25
Despesas Antecipadas (c)	27	12
TOTAL	3.789	2.141

a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção;

b) Provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens não de uso próprio;

c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros.

9. Investimentos

O saldo é representado por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do BANCOOB.

Descrição	Percentual Participação	31/12/2016	31/12/2015
Participações em cooperativa central de crédito	18%	15.173	14.504
Participações inst financ controlada coop crédito	0,57%	6.453	4.926
TOTAL		21.626	19.430

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso	0	1.000	*
Terrenos	379	379	-
Instalações	3.782	1.763	10%
Móveis e equipamentos de Uso	2.449	1.708	10%
Sistema de Comunicação	185	123	10%
Sistema de Processamento de Dados	2.548	2.097	20%
Sistema de Segurança	641	414	10%
Sistema de Transporte	193	142	20%
(-) Total Depreciação Acumulada	-5.274	-4.239	
TOTAL	4.903	3.388	

(*) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

11. Intangível

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Outros Ativos Intangíveis	606	596
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	(440)	(369)
TOTAL	166	227

12. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentação, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré fixadas são calculadas o prazo final da operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Depósito à Vista	91.696	78.894
Depósito Sob Aviso	24.598	27.541
Depósito a Prazo	395.074	260.533
TOTAL	511.368	366.968

Os depósitos, até o limite de R\$ 250, por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº 4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	31/12/2016	% Carteira Total	31/12/2015	% Carteira Total
Maior Depositante	55.863	11,00%	2.788	1,00%
10 Maiores Depositantes	112.660	23,00%	9.454	3,00%
50 Maiores Depositantes	176.397	35,00%	19.650	5,00%

O resultado dessas operações montaram em 2016 R\$ 47.265 (2015 – R\$ 33.965) registradas na rubrica "operações de captação no mercado" na demonstração de sobras ou perdas.

13. Relações Interfinanceiras/Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades (art. 37, da Resolução CMN nº 3.859/2010) e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

13.1 Relações Interfinanceiras:

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2016		31/12/2015
			Circulante - Até 1 ano	Não Circulante - Acima de 1 ano	
BANCOOB	Diversas	Diversos	40.040	30.935	74.389
Sicob Central ES	Diversas	Diversos	12.820	1.724	12.310
Total			52.860	32.659	86.699

13.2 Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2015		31/12/2015
			Circulante - Até 1 ano	Não Circulante - Acima de 1 ano	
Sicob Central ES	Diversas	Diversos	6.927	-	7.264
Total			6.927	-	7.264

13.3 Resultado das Relações Interfinanceiras / Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
BANCOOB	4.554	4.298
Sicob Central ES	2.181	1.563
Total	6.735	5.861

14. Relações Interdependências

Registra-se os valores de ordens por cheque. Esses valores recebem a classificação na rubrica de cheque administrativo, sendo reclassificado nesse exercício.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Ordens de pagamento (a)	13.687	8.511
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	4	4
Total	13.691	8.515

Trata-se de cheques emitidos contra ordem de terceiros.

15. Outras Obrigações

15.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Provisão Para Participações Nos Lucros (a)	761	874
Resultado De Atos Com Associados (b)	7.633	6.695
Resultado De Atos Com Não Associados (b)	2.297	1.846
Gratificações E Participações A Pagar (c)	17	71
Cotas De Capital A Pagar (d)	2.548	781
TOTAL	13.255	10.267

NOTAS EXPLICATIVAS (EM 31/12/2016 E DE 2015 | EM MILHARES DE R\$)

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Impostos e contribuições a recolher	1.465	1.070
TOTAL	1.465	1.070

15.3 Diversas

Circulante

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Cobrança e arrecadação de tributos e semelhantes	74	85
Obrigações por aquisições de bens e direitos	-	25
Despesas de Pessoal	1.174	1.030
Outras Despesas Administrativas (a)	813	694
Credores Diversos – País	160	399
Cheques Descontados (b)	269	1.259
Liquidação Cobrança (c)	128	38
Obrigações por Prestação de Serviços de Terceiros (d)	1.223	933
Provisão para Garantias Prestadas (e)	599	300
TOTAL	4.440	4.763

(a) Refere-se a provisão para pagamento de despesas com aluguéis R\$ 49, comunicações R\$ 84, propaganda e publicidade R\$ 4, segurança e vigilância R\$ 16, manutenção e conservação de bens R\$ 9, transporte R\$ 7, plano de saúde R\$ 10, compensação R\$ 236, seguros a recolher R\$ 3, seguro prestamista R\$ 254, provisão de despesas com cartão R\$ 104 mil, outras despesas R\$ 37;

(b) Refere-se a cheques depositados relativo a descontos enviados a compensação, porém não baixados até a data-base de 31/12/2016;

(c) Refere-se a cobranças liquidadas, não repassadas aos associados até a data-base de 31/12/2016;

(d) Refere-se ao serviço de conta salário contratado pelos associados;

(e) Refere-se a provisão sobre as garantias prestadas, registradas no compensado, descrita na nota 26.

15.4 Contingências Passivas

Não circulante

Considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida, foram constituídas as seguintes provisões, que estão registradas na rubrica provisões para contingências.

Descrição	2016		2015	
	Provisão para contingências	Depósitos judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos judiciais
PIS (a)	356	356	337	337
COFINS (a)	1.673	1.673	1.592	1.592
Trabalhistas (b)	110	174	215	76
Outras contingências (c)	638	110	290	110
Total	2.777	2.313	2.434	2.115

a) PIS e COFINS - quando do advento da lei no. 9.718/98, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de março de 1999 a dezembro de 2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Devedores por Depósitos em Garantia.

b) Provisão de ações trabalhistas em curso.

c) Refere-se a processo de danos morais em curso e multas aplicadas pelo Procon.

Os processos judiciais em que figuram como pólo passivo, e que foram classificadas como perdas possíveis totalizam R\$ 1.430.

16. Instrumentos financeiros

O SICOOB SUL opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

17. Patrimônio líquido

(a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Capital Social	119.406	96.944
Associados	27.567	23.567

(b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 50%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

(c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 09/04/2016, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, no valor de R\$18.817.

(d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2016	2015
Sobra líquida do exercício	20.172	39.240
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(1.425)	(1.606)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	18.747	37.634
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 50%	(9.374)	(16.935)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(937)	(1.882)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	8.436	18.817

18. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2016	2015
Receita de prestação de serviços	3.807	2.407
Despesas específicas de atos não cooperativos	(483)	(306)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(744)	(434)
Resultado operacional	(763)	(51)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.817	1.606
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	1.817	1.606

19. Provisão de Juros sobre o Capital Próprio

A Cooperativa pagou juros sobre o capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Juros ao Capital	14.953	11.209
IRRF sobre juros ao capital	(536)	(335)
Juros ao Capital – Associados Desligados	(386)	(88)
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(2.787)	(2.115)
Valor incorporado a conta capital (a)	11.244	8.671

20. Dispêndios/Despesas com Pessoal

Descrição	2016	2015
Despesas de Honorários	1.379	881
Despesas de Pessoal - Benefícios	2.908	2.351
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	2.983	2.499
Despesas de Pessoal - Proventos	7.978	6.649
Despesas de Pessoal - Treinamento	9	1
Despesas de Remuneração de Estagiários	144	147
TOTAL	15.401	12.528

21. Outros Dispêndios/Despesas Administrativas

Descrição	2016	2015
Despesas de Água Energia e Gás	426	396
Despesas de Aluguéis	1.368	1.028

Despesas de Amortização	62	109
Despesas de Comunicações	725	643
Despesas de Depreciação	833	568
Despesas de Manutenção e conservação de bens	180	121
Despesas de Material	328	209
Despesas de Processamento de Dados	1.402	1.134
Despesas de Promoções e Relações Públicas	232	167
Despesas de Propaganda e Publicidade	713	543
Despesas de Publicações	12	21
Despesas de Seguros	17	17
Despesas de Serviços de Terceiros	827	622
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	1.229	1.033
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	4.901	3.696
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	325	324
Despesas de Transporte	368	434
Despesas de Viagem no País	218	79
Outras Despesas Administrativas	2.102	853
TOTAL	16.268	11.997

22. Outros ingressos/rendas operacionais

22.1 Ingressos de intermediação financeira

Descrição	2016	2015
Rendas De Adiantamentos A Depositantes	2.282	1.909
Rendas De Empréstimos	70.043	63.149
Rendas de Títulos Descontados	16.513	16.801
Rendas De Financiamentos	7.047	8.025
Rendas Financiamentos Rurais - Aplicações Livres	140	249
Rendas Financ Rurais - Aplic Repassadas E Refinanc	5.809	4.989
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	2.949	2.380
Rendas C/ Tit.Valores Mobil.E Instrumentos Financ.	3.043	3.739
TOTAL	107.826	101.241

22.2 Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	2016	2015
Recuperação de despesas diversas	364	50
Rendas de repasses delcredere	1.102	458
Reversão de provisões administrativas	404	205
Rendas juros cartão de crédito	1.373	629
Rendas multas por atraso - cartão de crédito	508	282
Rendas intercâmbio - cartão de crédito	450	217
Rendas intercâmbio - cartão de débito	79	68
Crédito Receita Sipag - Faturamento	43	-
Crédito Receita Sipag – Antecipação	78	-
Dividendos	646	434
Distribuição de Sobras Central	668	-
Total	5.715	2.343

23. Outros dispêndios/despesas operacionais

23.1 Dispêndios da intermediação Financeira

Descrição	2016	2015
Despesas De Captação	-47.265	-33.965
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	-6.735	-5.861
Provisão para Operações de Créditos	-37.324	-16.099
TOTAL	-91.324	-55.925

23.2 Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	2016	2015
Descontos concedidos - operações de crédito	367	311
Bonificação de Seguro Prestamista	13	4
Correspondente Bancário	83	87
Cancelamento – Tarifas Pendentes	547	430
Perdas – Fraudes Externas	15	-
Perdas – Práticas Inadequadas	1	-
Perdas – Falhas de Gerenciamento	2	-
Passivos Contingentes	507	195
Fundo de Desenvolvimento	-	664
Descontos concedidos – Oper Créd – Crédito Pessoal	23	14
Estorno juros mora – Operação Crédito RPL/Repasado	4	-
Passivos Trabalhistas	141	15
Contrib. Ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	12	39
Contrib. Ao Fundo Ressarc. Perdas Operacionais	8	26
Contrib. Ao Fundo Tecnologia da Informação	644	-
Contribuições Diversas	108	63
Provisão para Garantias Prestadas	-	300
Diversos	15	17
Total	2.490	2.165

24. Resultado não operacional

Descrição	2016	2015
Lucro Em Transações Com Valores De Bens	35	20
Outras Receitas Não Operacionais	127	47
Outras Despesas Não Operacionais (a)	(936)	(117)
Resultado Líquido	-774	-51

(a) Refere-se a perda por desvalorização de valor de bem recebido em dação por pagamento no montante de R\$ 922 e outras perdas de R\$ 14.

25. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2016

MONTANTE DAS OPERAÇÕES ATIVAS	% em relação à carteira total
16.889	0,93
MONTANTE DAS OPERAÇÕES PASSIVAS	% em relação à carteira total
1.470	0,38

Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2016:

OPERAÇÕES ATIVAS			
NATUREZA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	VALOR DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	PCLD (PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA)	% DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO EM RELAÇÃO À CARTEIRA TOTAL
Conta Corrente	140	(14)	0,62
Crédito Rural	615	(6)	0,71
Empréstimo	13.267	(1.322)	4,39
Títulos Descontados	28	(1)	0,05

OPERAÇÕES PASSIVAS – SALDO EM 31/12/2016			
Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em relação à carteira total	Taxa Média - %
Depósitos à Vista	758	0,83	-
Depósitos a Prazo	7.643	1,82	80% a 102% CDI

NOTAS EXPLICATIVAS (EM 31/12/2016 E DE 2015) | EM MILHARES DE R\$

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

NATUREZA DAS OPERAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS	TAXAS APLICADAS EM RELAÇÃO ÀS PARTES RELACIONADAS	TAXA APROVADA PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO / DIRETORIA EXECUTIVA
Cheque Especial	6,97% a.m	6,97% a.m.
Conta Garantida	5,97% a.m	5,97% a.m
Desconto de Cheques	1,70% a.m à 2,70% a.m	1,70% a.m à 4,00% a.m
Empréstimos*	CDI + 0,70%* a.m à 4,35% a.m	CDI + 0,80% a.m à 4,85% a.m
Renegociações	CDI + 0,70% a.m	CDI + 0,30% a.m à 4,00% a.m
Crédito Rural - RPL	-	1,25% a.m à 2,80% a.m
Crédito Rural - Repasses	5,50% a.a à 9,50% a.a	2,50% a.a à 10,50% a.a
Aplicação Financeira**	80% a 102% do CDI	90% a 100% do CDI

*1 Operação contratada em 01/2014 em conformidade com a tabela vigente na época **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO SUL DO ESPÍRITO SANTO**;

** Conforme aprovação do Comitê Executivo de Crédito;

** Operação contratada em 11/2009 em conformidade com a tabela vigente na época.

No exercício de 2016, os benefícios monetários e não monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, custeio parcial de plano de saúde, seguro de vida e previdência privada, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2016 (R\$ mil)

Honorários e Cédula de Presença	1.259
Plano de Saúde / Seguro de Vida / Vale Alimentação / Previdência Privada	36

A Cooperativa apresenta os valores de transação com as partes relacionadas que teve com o Sicoob Central ES que é uma Cooperativa Central de crédito, o qual, a Cooperativa tem participação (Nota 9, 13 e 24) e está presente e no conselho de administração e com o Bancoob (Nota 9 e 13).

	Transações com Sicoob Central ES e Bancoob	
	2016	2015
Ativo	382.101	214.031
Títulos e Valores mobiliários	19.194	32.477
Relações Interfinanceiras	362.907	181.554
Passivo	92.446	93.963
Relações Interfinanceiras	85.519	86.699
Obrigações por Empréstimos e Repasses	6.927	7.264
Receitas	39.246	24.045
Resultado de Operações com Tit. E Valores Mobil. E Instr. Financeiros	3.043	3.739
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	36.203	20.306
Despesas	7.248	5.873
Operações de Empréstimos e Repasses	6.735	5.861
Despesas Administrativas (Rateio Despesas da Central)	513	12

26. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO SUL DO ESPIRITO SANTO - SICOOB SUL - SICOOB SUL, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCC DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB CENTRAL ES, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL ES, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL ES a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB SUL responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL ES perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

27. Gerenciamento de Risco

27.1 Risco operacional

As diretrizes e responsabilidades aplicáveis ao gerenciamento do risco operacional das entidades do Sicoob encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional, aprovada no âmbito dos respectivos órgãos de administração (Conselho de Administração ou, na inexistência desse, Diretoria) das entidades do Sicoob, é revisada, no mínimo, anualmente por proposta da área responsável pelo gerenciamento do risco operacional do Sicoob Confederação, em decorrência de fatos relevantes e por sugestões encaminhadas pelas cooperativas do Sicoob.

O gerenciamento de risco operacional do Sicoob é realizado de forma centralizada pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), o qual consiste em:

- A avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.
- As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.
- Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.
- A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).
- Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/06, encontra-se disponível no site do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

27.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do **SICOOB SUL** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, o **SICOOB SUL** aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no BANCOOB, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no site eletrônico www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (*backtesting*).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, o **SICOOB SUL** possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

27.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito do **SICOOB SUL** objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 10 da Resolução CMN 3.721/2009, o **SICOOB SUL** aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do SICOOB, centralizada no BANCOOB, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no site eletrônico www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o SICOOB, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o **SICOOB SUL** possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

27.4 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital do **SICOOB SUL** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, **SICOOB SUL** aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do SICOOB, centralizada no SICOOB CONFEDERAÇÃO, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no site eletrônico www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do SICOOB com objetivo de:

- Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do SICOOB estão sujeitas;
- Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do SICOOB; e
- Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do SICOOB.

28. Cobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 31 de Dezembro de 2016, a cooperativa é responsável por cobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$33.812 (2015 – R\$ 30.867), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

29. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

30. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 3444, de 28/02/2007, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	2015	2014
Patrimônio de Referência	135.352	186.478
Margem de Compatibilização	125.603	84.406
Índice da Basileia	39,82%	34,54%
Margem de Imobilização	89.631	64.891

Cachoeiro de Itapemirim-ES, 13 de março de 2017

Luiz Fernando Bonadi
Diretor Executivo
CPF: 761.768.197-68

Ediene Maria Messias
Diretora Operacional
CPF: 017.142.437-96

Fábia Lorena Rosi Mantovanelli
Contadora CRC nº 013868/O-8-ES
CPF: 007.835.517-62

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Aos Administradores e Cooperados Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul do Espírito Santo – Sicoob Sul

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul do Espírito Santo – Sicoob Sul (“Cooperativa” ou “Sicoob Sul”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul do Espírito Santo – Sicoob Sul em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros assuntos

Informações suplementares relativas ao segundo semestre de 2016

Conforme resolução 4.434/15 do Conselho Monetário Nacional – CMN, as demonstrações contábeis das cooperativas de crédito singulares relativas ao primeiro semestre do exercício social estão dispensadas da necessidade de auditoria independente. Consequentemente, as informações financeiras suplementares da Cooperativa relativas ao segundo semestre de 2016, apresentadas em conjunto com os saldos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não foram objeto específico de auditoria e estão sendo apresentadas como informação suplementar.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis da Cooperativa em 31 de dezembro 2015 foram auditadas por outros auditores, cujo relatório, datado de 22 de março 2016, expressa uma opinião sem ressalvas. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 13 de março de 2017



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 “S” ES

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5 “S” ES

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O conselho fiscal da **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul do Espírito – Sicoob Sul**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer dos auditores externos – PricewaterhouseCoopers, datado de 15 de março de 2017, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária.

Cachoeiro de Itapemirim/ES, 15 de Março de 2017.

José Carlos Landeiro Fraça
Coordenador do Conselho Fiscal

Paulo Roberto Ciancio Marino
Secretário do Conselho Fiscal

Paulo Shalders
Conselheiro Fiscal - Efetivo